

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº , DE 2015
(Do Sr. Rogério Peninha de Mendonça)

Solicita informações ao Sr. Ministro de Minas e Energia a cerca dos programas de eficiência energética do Governo Federal.

Senhor Presidente:

Com fundamento no art. 50 da Constituição Federal, e nos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, solicito a Vossa Excelência seja encaminhado ao Sr. Ministro de Minas e Energia, o seguinte pedido de informações:

1. Quais programas de eficiência energética estão sendo desenvolvidos atualmente pelo Governo Federal?
2. Há programas de eficiência energética custeados pelo Governo Federal voltados para o setor industrial e comercial?
3. Em caso negativo para o questionamento acima, há estudos/pesquisas em andamento neste sentido?
4. Há viabilidade na implementação de instrumentos de eficiência energética mais amplos, que contemplem componentes e equipamentos utilizados na indústria e no comércio?
5. Qual o alcance e os resultados destes programas?

JUSTIFICATIVA

Um dos programas de eficiência energética do governo federal de maior visibilidade é o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL). De acordo com dados do Ministério de Minas e Energia, o PROCEL alcançou, entre os anos de 1986 e 2013, uma economia de 70,1 bilhões de kWh.

O instrumento mais conhecido pelos consumidores de energia elétrica é o Selo PROCEL de Economia de Energia. Por meio deste selo os consumidores podem identificar quais os equipamentos e eletrodomésticos são mais eficientes e consomem menos energia.

Outro exemplo emblemático é o programa de trocas de lâmpadas fluorescentes, que, por serem mais econômicas, poderão gerar uma economia média de 10TWh até 2030.

Diante do atual cenário de crise hídrica e energética, agora, mais do que nunca, faz-se imprescindível pôr em prática ações que visem o uso eficiente da energia elétrica e o combate ao desperdício. São, portanto, insuficientes, ainda que válidas, medidas voltadas apenas para residências.

A economia de energia não precisa ficar restrita a equipamentos domésticos. Como forma de estender e aprimorar os programas já implementados pelo governo federal, é importante que ações sejam também direcionadas para a indústria e o comércio.

O setor industrial brasileiro consome cerca de 40% da energia elétrica do país, sendo que 2/3 dessa energia é utilizado por sistemas motrizes. É necessário, dessa forma, estimular a otimização dos sistemas produtivos, principalmente dos motrizes, instalações elétricas e mecânicas, motores elétricos, acoplamentos, entre outros.

Já no setor comercial, ações de eficiência energética poderiam gerar uma redução no custo da produção. Hoje, todos os componentes dos eletrodomésticos, e o próprio produto final em si ("sistema"), recebem o selo de eficiência energética. Não há, contudo, tal política para o comércio. Compressores, por exemplo, que suprem segmentos de refrigeração comercial, como supermercados, padarias, bares, restaurantes e açougues, e que responde por 15% do consumo da energia global, ainda não possuem incentivos ou qualquer programa neste sentido.

Na página institucional do PROCEL, há relatórios sobre o potencial de eficiência energética para a indústria e o comércio, bem como cases internacionais que comprovam a importância de ações neste sentido. É de se discutir, portanto, se iniciativas de sucesso, como o Selo PROCEL, Selo PROCEL Edificações e o programa de etiquetagem, poderiam ser adaptados e aplicados também para os equipamentos que atendem a indústria e o comércio - e que são grandes consumidores de energia.

Com isso, por meio dos questionamentos feitos acima, indaga-se acerca das ações do Ministério de Minas e Energia voltadas para a eficiência energética, bem como da viabilidade de se implementar instrumentos mais amplos, que contemplem outros segmentos da economia e que possibilitem uma redução ainda maior no consumo de energia.

Sala das Sessões, em de de 2015.

Deputado ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA